



**CONSELHO DA
UNIÃO EUROPEIA**

**Bruxelas, 26 de junho de 2014
(OR. en)**

11299/14

**COPEN 180
EUROJUST 121
EJN 65**

NOTA

de:	Frédéric Veau, Chefe de Serviço – Justiça e Assuntos Internos, Representação Permanente da França junto da União Europeia
para:	Rafael Fernández-Pita y González, Diretor-Geral, Conselho da União Europeia
Data de receção:	2 de junho de 2014
Assunto:	Decisão-Quadro 2008/909/JAI do Conselho de 27 de novembro de 2008 relativa à aplicação do princípio do reconhecimento mútuo às sentenças em matéria penal que imponham penas ou outras medidas privativas de liberdade para efeitos da execução dessas sentenças na União Europeia – Notificação pela França

Senhor Diretor-Geral,

Tenho a honra de enviar a V. Exa. em anexo a nota das autoridades francesas sobre a transposição da Decisão Quadro 2008/909/JAI.

(Fórmula de cortesia)

(ass.) Frédéric Veau

NOTA DAS AUTORIDADES FRANCESAS

Transposição da Decisão-Quadro 2008/909/JAI do Conselho de 27 de novembro de 2008 relativa à aplicação do princípio do reconhecimento mútuo às sentenças em matéria penal que imponham penas ou outras medidas privativas de liberdade para efeitos da execução dessas sentenças na União Europeia

Para completar a resposta à carta de Françoise Le Bail de 7 de dezembro de 2011, as autoridades francesas desejam declarar que, na sequência da entrada em vigor da Lei n.º 2013-711 de 5 de agosto de 2013, que introduz várias alterações no domínio da justiça nos termos do direito da União Europeia e dos compromissos internacionais assumidos pela França, a legislação francesa passou agora a cumprir as obrigações impostas ao abrigo da Decisão-Quadro 2008/909/JAI do Conselho de 27 de novembro de 2008 relativa à aplicação do princípio do reconhecimento mútuo às sentenças em matéria penal que imponham penas ou outras medidas privativas de liberdade para efeitos da execução dessas sentenças na União Europeia.

Nos termos do artigo 29.º, n.º 2, da decisão-quadro, o texto das disposições que transpõem as obrigações resultantes da presente decisão-quadro para o direito francês ao abrigo da Decisão-Quadro é reproduzido adiante.

As autoridades francesas desejam fazer as seguintes declarações nos termos da decisão-quadro:

- nos termos do artigo 7.º, n.º 4, da decisão-quadro, a França declara que não aplicará o n.º 1 do referido artigo;
- nos termos do artigo 23.º, n.º 3, da decisão-quadro, a França declara que o magistrado do Ministério Público que receba um pedido de reconhecimento ou execução de uma condenação que imponha uma pena ou outra medida privativa de liberdade pode solicitar, imediatamente após ter recebido a sentença e a certidão, nos casos em que considerar o conteúdo desta última insuficiente para decidir da execução da condenação, que a sentença ou as suas partes essenciais sejam acompanhadas de uma tradução para francês.

As autoridades francesas desejam ainda declarar que:

- não fazem qualquer declaração nos termos do artigo 4.º, n.º 7, nem do artigo 23.º, n.º 1;
- a autoridade competente responsável pela execução de uma condenação que imponha uma pena ou outra medida privativa de liberdade noutro Estado-Membro da União Europeia e pelo envio do pedido de reconhecimento e execução à autoridade competente desse Estado-Membro é o representante do Ministério Público no tribunal que proferiu a sentença;
- a autoridade competente responsável pela execução de uma condenação que imponha uma pena ou outra medida privativa de liberdade proferida noutro Estado-Membro da União Europeia é o magistrado do Ministério Público em cuja jurisdição se situa a última residência conhecida da pessoa condenada, o seu local de detenção ou, se os atos tiverem sido parcialmente praticados no território francês, o local onde a infração foi cometida;
- é necessário o consentimento prévio das autoridades francesas para executar a sentença em França, se a pessoa condenada não for um nacional francês com residência habitual no nosso território nem um nacional francês que, com base na sentença ou em qualquer outra decisão judicial ou administrativa, seja expulso para França uma vez libertado;
- qualquer certidão enviada às autoridades francesas tem de ser traduzida para francês.

Para mais informações ou esclarecimentos relativamente a estes textos de transposição, os serviços da Comissão Europeia podem contactar:

- Michaël Gühr (Michael.Gihr@justice.gouv.fr);
- Francis Stoliaroff (Francis.Stoliaroff@justice.gouv.fr);
- Laurent Huet (Laurent.Huet@sgae.gouv.fr).